

# SPE Nascenti S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.**

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar  
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)  
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Administradores e Acionistas da  
**SPE Nascenti S.A.**  
Belo Horizonte – MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SPE Nascenti S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.483.479 e ausência de receita no exercício. Fatos estes que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional. A Companhia está adotando medidas visando a reversão desta situação com objetivo e ao sucesso de suas operações futuras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 e apresentado na Demonstração do resultado, chamamos atenção para o fato de a SPE Nascenti S.A. não ter apurado receita com a prestação de serviços em 2022 originária da administração do Fundo Nascenti, sendo que tal fundo entrou em fase de desinvestimento e a última receita contabilizada foi em janeiro de 2020. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A., controladora da SPE Nascenti S.A., garantirá a continuidade das operações por meio de aportes de recursos. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de junho de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 2SP-034.766/O-0



Daniel Menezes Vieira  
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

# SPE NASCENTI S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

### ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.955	11.136
Impostos a recuperar	4	12.782	3.573
Partes relacionadas	5	79.548	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>109.285</u>	<u>14.709</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	6	508.720	564.275
Partes relacionadas	5	-	101.680
Imobilizado	-	-	207
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>508.720</u>	<u>666.162</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>618.005</u>	<u>680.871</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SPE NASCENTI S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Obrigações fiscais e tributárias	7	49.136	68.904
<b>Total do passivo circulante</b>		49.136	68.904
<b>Passivo não circulante</b>			
Obrigações fiscais e tributárias	7	93.947	179.249
<b>Total do passivo não circulante</b>		93.947	179.249
<b>Patrimônio líquido</b>	8		
Capital social	8 a)	1.958.833	1.958.833
Reserva de ágio	8 b)	266	266
Ações em tesouraria	8 c)	(698)	(698)
Prejuízos acumulados	-	(1.483.479)	(1.525.683)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		474.922	432.718
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		618.005	680.871

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## SPE NASCENTI S.A.

### Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais, exceto lucro (prejuízo) líquido por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	9	(16.460)	(12.781)
Despesas tributárias	-	(1.693)	(15.938)
Outras receitas (despesas) operacionais	10	79.847	(149.022)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>61.694</u>	<u>(177.741)</u>
Resultado financeiro líquido	11	(18.911)	(31.090)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>42.783</u>	<u>(208.831)</u>
Imposto de renda	12	(362)	(453)
Contribuição social	12	(217)	(272)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<u>42.204</u>	<u>(209.556)</u>
Número de ações (lote mil)	-	11.962	11.962
<b>Lucro (prejuízo) líquido por ação</b>		<u>3,53</u>	<u>(17,52)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## SPE NASCENTI S.A.

### Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Controladora	
	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	42.204	(209.556)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	42.204	(209.556)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## SPE NASCENTI S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de ágio</u>	<u>Ações em tesouraria</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		1.958.833	266	(698)	(1.316.127)	642.274
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(209.556)	(209.556)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		1.958.833	266	(698)	(1.525.683)	432.718
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	42.204	42.204
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<u>1.958.833</u>	<u>266</u>	<u>(698)</u>	<u>(1.483.479)</u>	<u>474.922</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SPE NASCENTI S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	42.204	(209.556)
<b>Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) do exercício:</b>			
Depreciação	-	207	393
Juros de empréstimos	-	-	6.235
Baixa por desvalorização de títulos e valores mobiliários	6	115.275	221.914
Rentabilidade e valorização de títulos e valores mobiliários	6	(432)	(31.984)
Juros parcelamentos tributários	7	19.733	26.332
<b>(Aumento) redução de ativos</b>			
Impostos a recuperar	4	(9.209)	(129.546)
<b>Aumento (redução) de passivos</b>			
Obrigações fiscais e tributárias	7	(124.803)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos	-	-	(6.235)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<u>42.975</u>	<u>(122.447)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>			
Aquisição de títulos e valores mobiliários	6	(59.288)	(54.579)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		(59.288)	(54.579)
<b>Fluxo de caixa de atividade de financiamento</b>			
Recursos recebidos em contrato de mútuo	5	(20.000)	240.079
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	5	42.132	(1.047)
Amortização de empréstimos	-	-	(83.333)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<u>22.132</u>	<u>155.699</u>
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>5.819</u>	<u>(21.327)</u>
No início do exercício	3	11.136	32.463
No final do exercício	3	16.955	11.136
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>5.819</u>	<u>(21.327)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A SPE Nascenti S.A. (Companhia) (anteriormente denominada Estufa Investimentos Ltda.) foi criada em 27 de abril de 2004, cujos atos constitutivos foram aprovados no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte/MG em 07 de outubro de 2008, tendo por objetivo e atividade econômica a gestão e administração de Fundos de Investimentos em conformidade com as instruções vigentes da CVM, ABVCAP, ANBIMA e demais órgãos reguladores. Em 29 de julho de 2008, a sociedade foi transformada em sociedade por ações de capital fechado.

Em 2010, a Estufa Investimentos S.A. alterou sua denominação social para SPE Nascenti S.A., e passou a ter, como principal atividade, estruturar e, posteriormente, gerir e administrar o Nascenti Fundo de Investimento em Participações Capital Semente Inovação (“Fundo Nascenti” ou “Fundo”), que começou suas operações em 2011 e que remunerou até janeiro de 2020 a referida gestora com a taxa de administração e gestão. Atualmente, o Fundo Nascenti está em fase de desinvestimento.

A SPE Nascenti S.A. continua em processo de captação para lançamento de um novo fundo que reestabelecerá as fontes de receita da Companhia. Porém, até lá, a Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 07.492.836/0001-08, na qualidade de controladora da SPE Nascenti S.A., realizará todos os aportes de capital necessários para fazer frente às despesas da Companhia de forma a garantir a sua continuidade operacional pelo tempo que for necessário até que ela reestabeleça suas fontes de receita.

### 1.1. Fundo Nascenti

O Fundo Nascenti é um fundo tipo 1, de acordo com a classificação ANBIMA/ABVCAP, destinado a investidores qualificados e constituído sob a forma de condomínio fechado, objetivando a aplicação de recursos em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários de emissão de empresas inovadoras e onde possa ter participação no processo decisório com efetiva influência na definição das políticas estratégicas e nas gestões das empresas investidas. Este Fundo é administrado e gerido pela SPE Nascenti S.A.

O prazo de duração do Fundo era, inicialmente, 07 anos contados a partir da data de autorização de funcionamento pela CVM, tendo sido prorrogado por 6,9 anos, totalizando 13,9 anos. O Fundo poderá ainda ser prorrogado, subordinado à aprovação de cotistas titulares de 55% das cotas subscritas e integralizadas, reunidos em Assembleia Geral de Cotista.

## 2. Políticas contábeis

### 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

#### a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional da Companhia é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### c) Emissão das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 29 de junho de 2023.

#### d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### e) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

### 2.2. Principais práticas contábeis

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

#### b) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado.

#### c) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal, contratual ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

**d) Tributação sobre a renda**

A Companhia é optante pelo lucro real como regime de tributação. Assim, o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% (quinze por cento), acrescidas do adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) para imposto de renda e 9% (nove por cento) sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

**e) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável de ocorrer nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**f) Reconhecimento da receita**

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação; e
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Empresa e sua controlada tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes.

A receita de vendas de serviços é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado;
- A proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e
- As despesas incorridas ou a serem incorridas relacionadas à transação podem ser mensuradas com confiabilidade.

#### g) Decisão do STF sobre ‘coisa julgada’ em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações contábeis e na destinação do resultado do exercício em decorrência de tal decisão.

### 2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Ao preparar as demonstrações contábeis, a administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisões para perdas em ativos e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

### 2.4. Normas a entrar em vigor a partir de 2023

Listamos a seguir as normas que tiveram início a partir de 1º de janeiro de 2022:

- IAS 37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: as alterações especificam quais custos as empresas devem incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (ex.: custo de mão de obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato);
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); e
- Referência à estrutura conceitual: (alterações ao CPC 15/IFRS 3).

A Companhia avaliou as alterações e não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022. As normas a seguir terão seu início a partir de 1º janeiro de 2023 e não se espera que estas normas novas e alteradas tenham algum impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

Representam os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias (equivalentes de caixa), acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	1	1
Aplicações financeiras (*)	16.954	11.135
<b>Total</b>	<b>16.955</b>	<b>11.136</b>

- (\*) As aplicações financeiras dos exercícios de 2022 e 2021 estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está entre 5% e 110%, a depender do prazo em que os valores permanecem aplicados, atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

#### 4. Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
ISS a recuperar	1.693	1.693
CSLL a recuperar	1.129	1.129
INSS a recuperar	9.042	-
Outros impostos a recuperar	918	751
<b>Total</b>	<b>12.782</b>	<b>3.573</b>

A Companhia com base em análises e projeções orçamentárias não prevê riscos de não realização desses créditos tributários no decorrer de suas operações.

#### 5. Partes relacionadas

Os saldos e as transações que a SPE Nascenti S.A. efetuou com partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão sumarizados a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
SPE Confrapar	-	1.047
Confrapar S.A. (a)	79.548	100.548
Rodrigo de Oliveira Esteves	-	85
<b>Total</b>	<b>79.548</b>	<b>101.680</b>
Circulante	79.548	-
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>101.680</b>

- (a) O saldo com a Confrapar S.A. decorre de transações financeiras a título de recebimento e repasse de recursos entre as sociedades, suportadas por Contratos de Mútuos celebrados entre as partes relacionadas, celebrados em (i) 02 de janeiro de 2017, com vencimento em 30 de dezembro de 2018, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em dezenove parcelas até 30 de novembro de 2018; (ii) 02 de janeiro de 2018, com vencimento inicialmente em 30 de dezembro de 2021, aditado nessa mesma data para um novo vencimento, que passou a ser 30 de outubro de 2023, sem juros e sem incidência de IOF, parcialmente quitado em quarenta e duas parcelas até 31 de dezembro de 2022; (iii) 02 de janeiro de 2019, com vencimento em 30 de junho de 2020, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em duas parcelas até 30 de março de 2019; (iv) 02 de janeiro de 2020, com vencimento em 30 de dezembro de 2020, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em duas parcelas até 29 de fevereiro de 2020; e (v) 02 de janeiro de 2022, com vencimento até 30 de dezembro de 2023, sem juros e sem incidência de IOF, totalmente quitado em três parcelas até 03 de outubro de 2022.

A movimentação de operações com partes relacionadas em cada exercício foi a seguinte:

	Confrapar S.A.	SPE Confrapar	Rodrigo Esteves	Total
<b>Saldo de 31 de dezembro de 2020</b>	<b>340.627</b>	-	<b>85</b>	<b>340.712</b>
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(240.079)	-	-	(240.079)
Recursos recebidos em contratos de mútuo	-	1.047	-	1.047
<b>Saldo de 31 de dezembro de 2021</b>	<b>100.548</b>	<b>1.047</b>	<b>85</b>	<b>101.680</b>
Pagamentos feitos de contratos de mútuo	(41.000)	(1.047)	(85)	(42.132)
Recursos recebidos em contratos de mútuo	20.000	-	-	20.000
<b>Saldo de 31 de dezembro de 2022</b>	<b>79.548</b>	-	-	<b>79.548</b>

## 6. Títulos e valores mobiliários

O valor das Cotas no Fundo Nascenti é determinado em consonância com o Regulamento deste Fundo e com as instruções CVM nºs 578 e 579, que substituíram a Instrução CVM nº 209, e reflete o valor dos títulos componentes da carteira do Fundo.

Por sua vez, estes títulos componentes da carteira do Fundo são avaliados pelo valor de mercado (valor justo) das participações nas empresas investidas do Fundo nos termos da instrução CVM nº 579. Quando conhecida, é constituída provisão para perdas sobre o saldo de investimento, incluindo o ágio pago nas aquisições, quando considerada de caráter permanente, em função da expectativa de não concretização das projeções e estratégias definidas para as empresas investidas.

Os saldos de Títulos e Valores Mobiliários estavam assim representados:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Investimento Fundo Nascenti	503.247	559.090
Conta capital Banco Sicoob	5.473	5.185
<b>Total</b>	<b>508.720</b>	<b>564.275</b>

A movimentação dos títulos e valores mobiliários em cada exercício foi a seguinte:

	Investimento Fundo Nascenti	Banco Sicoob	Total
<b>Saldo de 31 de dezembro de 2020</b>	<b>694.805</b>	<b>4.821</b>	<b>699.626</b>
Aquisição de investimentos	54.579	-	54.579
Baixa por desvalorização	(221.914)	-	(221.914)
Rentabilidade e valorização	31.620	364	31.984
<b>Saldo de 31 de dezembro de 2021</b>	<b>559.090</b>	<b>5.185</b>	<b>564.275</b>
Aquisição de investimentos	59.288	-	59.288
Baixa por desvalorização	(115.275)	-	(115.275)
Rentabilidade e valorização	144	288	432
<b>Saldo de 31 de dezembro de 2022</b>	<b>503.247</b>	<b>5.473</b>	<b>508.720</b>

A rentabilidade de R\$ 144 no exercício de 2022 foi apurada de acordo com a valorização da cota do Fundo. Por outro lado, a Administração contabilizou em dezembro de 2022 a importância de R\$ 115.275 por, substancialmente, desvalorização das mesmas cotas em decorrência de estudo do valor justo dos investimentos para atender normativos da CVM.

## 7. Obrigações fiscais e tributárias

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Tributos a recolher</b>		
Outras obrigações fiscais	16	25
<b>Total dos tributos a recolher</b>	<b>16</b>	<b>25</b>
<b>Parcelamentos tributários</b>		
PERT previdenciário (a)	102.577	152.061
ISS (b)	11.740	42.214
Pis, Cofins, IRPJ e CSLL (c)	28.750	47.903
CSLL (d)	-	5.950
<b>Total dos parcelamentos tributários</b>	<b>143.067</b>	<b>248.128</b>
<b>Total dos tributos a recolher e parcelamentos tributários</b>	<b>143.083</b>	<b>248.153</b>
Circulante	49.136	68.904
<b>Não circulante</b>	<b>93.947</b>	<b>179.249</b>

- (a) Parcelamento PERT consolidado em 27 de dezembro de 2018 em 120 parcelas, abrangendo todos os débitos Federais e Previdenciários vencidos até 30 de abril de 2017, sendo pagas 65 parcelas, restando 55 parcelas a serem quitadas atualizadas pela taxa Selic.
- (b) Parcelamento ISSQN Junto a Prefeitura do Rio de Janeiro realizado em 03 de outubro de 2019 em 48 parcelas, sendo pagas 39 parcelas, restando 9 parcelas a serem quitadas atualizadas pela taxa Selic.
- (c) Parcelamento PGFN (PIS, Cofins, CSLL e IRPJ) realizado em 19 de dezembro de 2019 em 60 parcelas, sendo pagas 37 parcelas, restando 23 parcelas a serem quitadas atualizadas pela taxa Selic.
- (d) Parcelamento CSLL realizado em 28 de junho de 2018 junto à Receita Federal em 53 parcelas, e que foi quitado no exercício de 2022.

## 8. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 1.958.833 (um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e três reais) totalmente integralizado. O capital social está representado por 11.961.904 (onze milhões, novecentos e sessenta e um mil, novecentos e quatro) ações, representados por 11.892.126 (onze milhões, oitocentos e noventa e dois mil, e cento e vinte e seis) ações ordinárias; 49.778 (quarenta e nove mil, setecentos e setenta e oito mil) ações preferenciais classe A e 20.000 (vinte mil) ações preferenciais de classe B.

### b) Reserva de ágio

A reserva de ágio da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 266 (duzentos e sessenta e seis reais).

### c) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 698 (seiscentos e noventa e oito reais).

### d) Dividendos

De acordo com o estatuto social, deve-se distribuir como dividendos a cada exercício social findo em 31 de dezembro um valor mínimo de 25% do lucro líquido ajustado não cumulativo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, desde que haja valores disponíveis.

## 9. Despesas administrativas e gerais

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de auditoria	(4.596)	(2.000)
Taxa de expediente	(8.198)	(5.175)
Depreciação	(207)	(393)
Telefone	(1.401)	(1.372)
Serviços prestados PJ	(2.058)	(2.550)
Propaganda e publicidade	-	(1.291)
<b>Total</b>	<b>(16.460)</b>	<b>(12.781)</b>

## 10. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Valorização/desvalorização de títulos e valores mobiliários	33.474	(190.294)
Dividendos recebidos	289	364
Recuperação de despesas	46.084	40.908
<b>Total</b>	<b>79.847</b>	<b>(149.022)</b>

## 11. Resultado financeiro líquido

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.317	478
Outras receitas financeiras	-	2.494
<b>Total</b>	<b>2.317</b>	<b>2.972</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de tributos em atraso	(19.733)	(26.332)
Juros de empréstimos	-	(6.235)
Tarifas bancárias	(1.495)	(1.495)
<b>Total</b>	<b>(21.228)</b>	<b>(34.062)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(18.911)</b>	<b>(31.090)</b>

## 12. Imposto de renda e contribuição social

No exercício de 2022 a opção tributária da Companhia foi pelo Lucro Real, enquanto no exercício de 2021 a opção tributária foi pelo Lucro Presumido.

	31/12/2022	
<b>Lucro tributável</b>		
Receitas	1.759.932	
Despesas	(550.025)	
<b>Adições</b>		
Perdas com investimentos	277.013	
<b>Exclusões</b>		
Ganhos com investimentos	(1.709.527)	
Ganhos com títulos e valores mobiliários	(4.321)	
<b>Base de cálculo negativa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(226.928)</b>	
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(579)</b>	
	31/12/2021	
	IRPJ	CSLL
<b>Receita operacional bruta</b>	-	-
Presunção (32%)	-	-
Receitas financeiras	3.020	3.020
<b>Base de cálculo</b>	<b>3.020</b>	<b>3.020</b>
<b>IRPJ (15%) e CSLL (9%)</b>	<b>(453)</b>	<b>(272)</b>

### 13. Provisão para riscos contingentes

A Companhia não possui ações judiciais em andamento, nelas figurando no polo ativo ou passivo.

### 14. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

#### a) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado foram calculados conforme o valor presente dos instrumentos financeiros, considerando a taxa de juros praticada pelo mercado para operações de riscos e prazos similares.

#### b) Riscos de mercado

Os riscos de mercados configuram-se basicamente nas variações de taxas aplicadas a correção monetária das aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa da Companhia.

Os indexadores das aplicações financeiras estão associados ao CDI e não apresentam históricos recentes de grandes oscilações.

Considerando estas características, a administração julga irrelevantes os efeitos financeiros e contábeis para os cenários futuros de seus instrumentos financeiros e desta forma não apresenta suas simulações para os cenários provável, possível e remoto.

### 15. Eventos subsequentes

A administração da Companhia avalia anualmente a ocorrência de eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis. Não ocorreram eventos compreendendo a data das demonstrações e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis.

\* \* \*